

01. Em tema de Direitos Sociais, considere:

I. Nas empresas com mais de cem empregados é assegurada a eleição de dois representantes destes com finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

II. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

III. É livre a associação profissional ou sindical, sendo permitida a criação de mais de uma organização, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, não podendo ser superior à área de um Município.

IV. O aposentado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

V. São assegurados aos trabalhadores domésticos, além de outros, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e remuneração do trabalho noturno superior ao diurno.

É correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, III e V.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

(E) I, IV e V.

02. Quanto às emendas constitucionais, é correto afirmar:

(A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

(B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida por prejudicada, poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que requerida a reapreciação pelo *quorum* de um terço dos membros de qualquer das comissões encarregadas da sua análise.

(C) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa ou estado de sítio, salvo na situação de intervenção federal, observado o *quorum* de dois terços das Mesas das duas Casas Legislativas.

(D) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

(E) A emenda à Constituição aprovada pelo Congresso Nacional será promulgada pelo Presidente da República.

03. Quanto à Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

(A) a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça Estadual.

(B) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, dentre outras, ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

(C) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na mesma região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.

(D) um quinto dos membros do Tribunal Superior do Trabalho serão escolhidos dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.

(E) cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

04. Quanto aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, previstos na Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que

(A) são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas o direito a petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

(B) é plena a liberdade de associação, inclusive de natureza paramilitar.

(C) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

(D) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

(E) é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou à imagem.

05. Dentre outros, NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo de

(A) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

(B) Presidente da Câmara dos Deputados.

(C) Oficial das Forças Armadas.

(D) Ministro da Justiça.

(E) Presidente do Senado Federal.

06. Além de outras, compete administrativamente e de forma exclusiva à União

(A) organizar, manter e executar a inspeção do trabalho.

(B) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

(C) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

(D) combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

(E) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.

07. Considere as assertivas abaixo:

I. O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de 65 anos e os maiores de 16 e menores de 18 anos de idade.

II. O sufrágio é um direito público subjetivo de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal.

III. São direitos políticos, além de outros, a alistabilidade, a iniciativa popular de lei, a ação popular e a organização e participação de partidos políticos.

IV. Podem alistar-se como eleitores, dentre outros, os conscritos, durante o período do serviço militar obrigatório.

V. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge, viúvo ou viúva e os parentes consanguíneos, até o terceiro grau ou por adoção, dos detentores de cargos no executivo ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito.

Está correto APENAS o que se afirma em:

(A) I, II e V.

(B) I, III e IV.

(C) II e III.

(D) II, IV e V.

(E) III e IV.

08. Em relação aos Direitos Sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, estabelece a Constituição Federal, além de outros, que (A) nas empresas de mais de 120 (cento e vinte) empregados, é assegurada a eleição de até três representantes destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes os entendimentos diretos com os empregadores.

(B) é assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

(C) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado eleito, até 2 anos após o final do mandato.

(D) a remuneração do serviço extraordinário deve ser superior, no mínimo, em 30% à do normal.

(E) a ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, tem prazo prescricional de 2 anos para os trabalhadores rurais e 5 para os urbanos, até o limite de 1 ano após a extinção do contrato de trabalho.

09. Compor-se-á de

I. quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução;

II. quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal;

III. vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal;

IV. quinze membros com mais de 35 e menos de 66 anos de idade, nomeados pelo Presidente da República, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, depois de aprovada e escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

As afirmações acima tratam, respectivamente, de:

(A) Conselho Nacional de Justiça; Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar.

(B) Tribunal Superior Eleitoral; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal Militar e Conselho Nacional do Ministério Público.

(C) Superior Tribunal Militar; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público e Tribunal Superior do Trabalho.

(D) Tribunal Superior do Trabalho; Superior Tribunal Militar; Conselho Nacional do Ministério Público e Tribunal Superior Eleitoral.

(E) Conselho Nacional do Ministério Público; Superior Tribunal Militar; Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça.

10. NÃO constitui princípio fundamental do Brasil

(A) a soberania.

(B) a cidadania.

(C) a vedação ao asilo político.

(D) a dignidade da pessoa humana.

(E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

11. O Direito de Petição previsto na Constituição Federal é

(A) exercido tão somente no âmbito do Poder Judiciário.

(B) assegurado aos brasileiros natos, maiores de vinte e um anos.

(C) extensivo a todos, nacionais ou estrangeiros, mediante o pagamento de taxas.

(D) destinado ao cidadão em face dos Poderes Públicos e exercido judicialmente apenas por advogado constituído.

(E) garantido a todos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

12. Em relação aos Direitos Sociais, é correto afirmar que

(A) a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

(B) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, salvo na mesma base territorial.

(C) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

(D) o aposentado filiado é inelegível, tendo, porém direito a votar nas organizações sindicais.

(E) o empregado sindicalizado eleito a cargo de direção sindical, ainda que suplente, não pode ser dispensado, até dois anos após o final do mandato, ainda que venha a cometer falta grave nos termos da lei.

13. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, salvo

(A) telecomunicações e radiodifusão.

(B) fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas.

(C) estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

(D) moeda, seus limites de emissão e montante da dívida mobiliária federal.

(E) sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.

14. No que se refere à responsabilidade civil do Estado, a Constituição Federal de 1988

(A) acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do servidor, pois assegurou o direito de regresso contra o agente causador só nos casos de dolo.

(B) acolheu a teoria da responsabilidade subjetiva do Estado e da responsabilidade objetiva do funcionário público.

(C) acolheu a teoria da responsabilidade objetiva do Estado e da responsabilidade subjetiva do servidor, pois assegurou o direito de regresso contra o agente causador nos casos de dolo ou culpa.

(D) determina que para a responsabilidade por culpa do servidor é essencial a existência da culpa administrativa, mesmo que levíssima.

(E) determina que as pessoas de Direito Privado que prestam serviços públicos não podem ser responsabilizadas por suas ações culposas ou dolosas.

15. Quanto aos direitos e vantagens do servidor público é correto que

(A) as vantagens pecuniárias serão computadas ou acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, desde que sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

(B) o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

(C) não será concedida ajuda de custo àquele que, sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

(D) nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor fará jus a diárias.

(E) somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações permanentes, respeitado o limite máximo de 4 (quatro) horas por jornada.

16. Considere:

I. A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.

II. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á, dentre outras hipóteses, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório.

III. Os servidores ocupantes de cargo de natureza especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

IV. O servidor ocupante de cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade.

V. A reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão judicial, sem ressarcimento de vantagens.

Estão corretas APENAS as afirmativas

(A) I, II e III.

(B) I, IV e V.

(C) I e V.

(D) II, III e IV.

(E) III e IV.

17. Sobre o processo legislativo, considere:

I. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

II. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a direito eleitoral.

III. A Constituição pode ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

IV. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta de no mínimo 2/3 dos membros de qualquer das casas do Congresso Nacional.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

18. O ingresso na carreira da Magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exige do bacharel em direito, no mínimo,

- (A) 01 ano de atividade jurídica.
- (B) 02 anos de atividade jurídica.
- (C) 03 anos de atividade jurídica.
- (D) 04 anos de atividade jurídica.
- (E) 05 anos de atividade jurídica.

19. Lei que disponha sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios é de competência

- (A) dos Estados e do Distrito Federal, com iniciativa do Governador ou de qualquer membro da comissão do Legislativo estadual ou distrital.
- (B) da União, com iniciativa do Procurador-Geral da República.
- (C) dos Estados e do Distrito Federal, com iniciativa exclusiva dos respectivos Procuradores-Gerais de Justiça.
- (D) da União, com iniciativa privativa do Presidente da República.
- (E) dos Estados e do Distrito Federal, com iniciativa privativa do Governador.

20. O Tribunal Superior do Trabalho é composto de

- (A) vinte um Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (B) vinte e cinco Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (C) vinte e cinco Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (D) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (E) vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.

21. No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos, nos termos preconizados pela Constituição Federal de 1988 é correto afirmar:

- (A) A organização sindical, legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 6 meses poderá impetrar mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- (B) O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

(C) O preso não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial, se for salutar para a manutenção da segurança.

(D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais, mas deverá suportar em qualquer hipótese o ônus da sucumbência.

(E) Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

22. Analise as assertivas em relação à Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.

I. O Tribunal de Contas da União, integrado por onze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.

II. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

III. Dois terços dos Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

IV. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

23. No que concerne à ação declaratória de constitucionalidade pode-se afirmar que

- (A) a petição inicial deverá indicar necessariamente a existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da demanda.
- (B) o Ministro de Estado é um dos legitimados à sua propositura.
- (C) indeferida a petição inicial pelo Relator caberá recurso de apelação ao Plenário do Supremo Tribunal Federal.
- (D) após o seu ajuizamento, a desistência pelo autor é permitida, mas está condicionada à concordância do Advogado-Geral da União.
- (E) o seu procedimento admite intervenção de terceiros.

24. O princípio determinando que o extraditado somente pode ser processado e julgado pelo país estrangeiro em face do delito objeto do pedido de extradição é classificado de

- (A) moralidade.
- (B) especialidade.
- (C) publicidade.
- (D) eficiência.
- (E) intervenção.

25. Sobre o controle de constitucionalidade, NÃO é espécie de controle concentrado a ação classificada como

- (A) direta de inconstitucionalidade por omissão.
- (B) direta de inconstitucionalidade genérica.
- (C) direta de inconstitucionalidade interventiva.
- (D) direta de constitucionalidade objetiva.
- (E) declaratória de constitucionalidade.

26. A decisão que julgar improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é

- (A) irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória.

(B) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.
(C) recorrível por agravo regimental ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, não podendo ser objeto de ação rescisória.
(D) recorrível por recurso ordinário ao Pleno do Supremo Tribunal Federal, podendo ser objeto de ação rescisória.
(E) recorrível por agravo interno ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que decidirá monocraticamente, podendo ser objeto de ação rescisória.

27. No que se refere ao procedimento de aprovação de Súmulas por parte do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que, dentre outras situações,

(A) o *quorum* para a decisão da aprovação da Súmula será de maioria simples dos Ministros presentes.
(B) não cabe revisão ou cancelamento da Súmula, após ter sido editada.
(C) a aprovação da Súmula só pode ser iniciada por provocação da parte ativa ou passiva.
(D) o efeito vinculante da Súmula se limita aos demais órgãos do Poder Judiciário.
(E) o efeito vinculante da Súmula se estende também à administração pública direta e indireta na esfera municipal.

28. É certo que, dentre outras atribuições, compete privativamente ao Presidente da República

(A) apreciar a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal.
(B) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei.
(C) decidir, ordinariamente, sobre as condutas tipificadas como crime político.
(D) julgar decisão que considera válida lei ou ato de governo local, contestada em face da Constituição.
(E) determinar que o Procurador Geral da República proponha ação direta de inconstitucionalidade.

29. Tendo em vista as atribuições do Superior Tribunal de Justiça, NÃO é de sua competência processar e julgar originariamente, entre outras,

(A) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
(B) os mandados de segurança contra atos dos Ministros de Estado ou do próprio Tribunal.
(C) os *habeas corpus*, quando o coator ou paciente for Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
(D) nos crimes comuns e nos de responsabilidade, os membros dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho.
(E) os conflitos de jurisdição entre autoridades administrativas e judiciárias da União.

30. Em tema de Direitos Sociais, considere:

I. Nas empresas com mais de cem empregados é assegurada a eleição de dois representantes destes com finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

II. É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

III. É livre a associação profissional ou sindical, sendo permitida a criação de mais de uma organização, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, não podendo ser superior à área de um Município.

IV. O aposentado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.

V. São assegurados aos trabalhadores domésticos, além de outros, piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho e remuneração

do trabalho noturno superior ao diurno.

É correto o que consta APENAS em

(A) I, II e III.

(B) I, III e V.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

(E) I, IV e V.

31. Quanto às emendas constitucionais, é correto afirmar:

(A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

(B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida por prejudicada, poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que requerida a reapreciação pelo *quorum* de um terço dos membros de qualquer das comissões encarregadas da sua análise.

(C) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa ou estado de sítio, salvo na situação de intervenção federal, observado o *quorum* de dois terços das Mesas das duas Casas Legislativas.

(D) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

(E) A emenda à Constituição aprovada pelo Congresso Nacional será promulgada pelo Presidente da República.

32. Quanto à Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que

(A) a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal de Justiça Estadual.

(B) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, dentre outras, ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.

(C) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na mesma região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.

(D) um quinto dos membros do Tribunal Superior do Trabalho serão escolhidos dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício.

(E) cabe ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante.

33. É INCORRETO afirmar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

(A) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

(B) piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

(C) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei delegada, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

(D) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

(E) salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.

34. Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que

(A) nascido na Alemanha, de mãe brasileira a serviço da República Federativa do Brasil, for residir na China.

(B) obtiver o reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.

(C) residir em estado estrangeiro e se naturalizar em razão de imposição de norma estrangeira, como condição para permanência em seu território.

(D) nascido na República Federativa do Brasil, filho de pais estrangeiros, que não estavam a serviço de seu país, for residir na Espanha.

(E) adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos previstos na Constituição Federal.

35. Compete privativamente à União legislar sobre

(A) serviço postal.

(B) orçamento.

(C) produção.

(D) consumo.

(E) defesa do solo.

36. O poder constituinte derivado é subdividido em

(A) inicial e incondicionado.

(B) inicial e ilimitado.

(C) autônomo e incondicionado.

(D) reformador e decorrente.

(E) autônomo e ilimitado.

37. Na hipótese de o poder público se abster do dever de emitir um comando normativo, exigido pela Constituição Federal, é cabível a Ação Direta de Inconstitucionalidade

(A) por omissão.

(B) genérica.

(C) interventiva.

(D) mandamental.

(E) obrigacional.

38. A Constituição que prevê somente os princípios e as normas gerais de regência do Estado, organizando-o e limitando seu poder, por meio da estipulação de direitos e garantias fundamentais é classificada como:

(A) pactuada.

(B) analítica.

(C) dirigente.

(D) dualista.

(E) sintética.

39. No que diz respeito aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, o ato de entregar o estrangeiro a outro Estado por delito nele praticado é denominado

(A) deportação.

(B) expulsão.

(C) extradição.

(D) exclusão.

(E) banimento.

40. No que diz respeito à organização político-administrativa, o princípio cuja finalidade é acentuar a igualdade de todos os brasileiros, independentemente do Estado-membro de nascimento ou domicílio, é denominado

(A) não-intervenção.

(B) independência nacional.

(C) prevalência dos direitos humanos.

(D) autodeterminação dos povos.

(E) isonomia federativa.

41. No que concerne aos servidores públicos, considere:

I. A fixação dos padrões remuneratórios observará a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade dos cargos componentes de cada carreira, os requisitos para a investidura e as peculiaridades dos cargos.

II. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

III. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão mensalmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

IV. Invalida por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, não podendo ser aproveitado em outro cargo.

É correto o que consta APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) III e IV.

(E) II e IV.

42. Quanto ao processo legislativo, o fenômeno consistente na ocorrência de uma norma revogadora de outra anterior, que tenha revogado uma mais antiga, e que recoloca esta última novamente em estado de produção de efeitos é denominado

(A) vinculação.

(B) desconstitucionalização.

(C) descentralização.

(D) reprivatização.

(E) adequação.

43. Funciona junto ao Tribunal Superior do Trabalho exercendo a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, o

(A) Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

(B) Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

(C) Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

(D) Diretor Administrativo do Tribunal Superior do Trabalho.

(E) Ministro nomeado pelo Presidente da República.

44. Nos termos da Constituição Federal, a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros. Assim, tanto o nato como o naturalizado podem exercer, dentre outros, os seguintes cargos:

(A) Senador, Governador e Ministro da Saúde.

(B) Presidente do Senado Federal, Governador e Procurador-Geral da República.

(C) Ministro de Estado da Defesa, Presidente do Superior Tribunal de Justiça e Advogado-Geral da União.

(D) Carreira Diplomática, Ministro do Supremo Tribunal Federal e Deputado Federal.

(E) Oficial das Forças Armadas, Presidente da Câmara dos Deputados e Vice-Presidente da República.

45. Nos termos da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dentre outros, a

(A) proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.

(B) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos.

(C) redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

(D) jornada de sete horas para o trabalho realizado em turnos diurnos e ininterruptos de revezamento, salvo acordo individual de trabalho.

(E) remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em vinte por cento à do serviço normal.

46. Em relação a administração pública direta e indireta é correto afirmar que

(A) os vencimentos dos ocupantes de cargos públicos são irredutíveis, permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias no cálculo da sua remuneração, até o limite de vinte por cento do seu subsídio.

(B) o prazo de validade do concurso de acesso a cargo ou emprego público será de dois anos, prorrogáveis a critério da autoridade competente por períodos de até um ano.

(C) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.

(D) a proibição de acumular cargos públicos não se estende as subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

(E) a lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

47. Nos termos da Constituição Federal, os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, por meio de

(A) *referendum*, e do Senado Federal, por lei delegada.

(B) plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(C) plebiscito, e da Câmara dos Deputados, por decreto legislativo.

(D) *referendum*, e do Supremo Tribunal Federal, por resolução.

(E) *referendum*, e do Presidente da República, por proposta de emenda à Constituição.

48. Considere as assertivas abaixo:

I. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de dezessete membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade, com mandato de dois anos, vedada a recondução.

II. O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

III. Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no máximo, sete juízes, nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta

e cinco e menos de sessenta e cinco anos, depois de aprovada a escolha pela maioria simples da Câmara dos deputados.

IV. O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, de, no máximo, nove membros, dentre eles dois Ministros indicados pelo Supremo Tribunal Federal; três juízes eleitos, pelo voto aberto, dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e os demais indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil.

V. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e IV.

(B) I, III e V.

(C) II, III e IV.

(D) II e V.

(E) III e IV.

49. Compete privativamente a União, dentre outras matérias, legislar sobre

(A) propaganda comercial.

(B) assistência jurídica e defensoria pública.

(C) proteção à infância e à juventude.

(D) custas dos serviços forenses.

(E) proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.